

2025

RELATÓRIO ANUAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Comitê de
Investimentos

PREVIJUNO



PREFEITURA DE
JUAZEIRO
DO NORTE

República Federativa do Brasil
Estado do Ceará
Município de Juazeiro do Norte
Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de
Juazeiro do Norte – CE – PREVIJUNO



Fundo Municipal de Previdência Social
dos Servidores de Juazeiro do Norte - CE

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	3
2. Base Legal do Comitê de Investimentos.....	3
3. Composição do Comitê de Investimentos.....	4
5. Reuniões realizadas no exercício de 2025	6
6. Deliberações do Comitê de Investimentos nas reuniões realizadas	7
7. Conclusão.....	15

1. Apresentação

Este relatório tem por finalidade apresentar, de forma detalhada e transparente, as principais atividades desenvolvidas, análises realizadas e deliberações adotadas pelo Comitê de Investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte – CE (PREVIJUNO) no exercício de 2025.

Esta prestação de contas contempla, ainda, a contextualização das decisões estratégicas relacionadas à gestão dos recursos previdenciários, evidenciando os critérios técnicos, a observância à legislação vigente e as diretrizes estabelecidas na política de investimentos. Busca-se, assim, demonstrar a atuação responsável e diligente do Comitê, com foco na segurança, rentabilidade e equilíbrio financeiro e atuarial do fundo, assegurando a proteção dos interesses dos segurados e a sustentabilidade do regime previdenciário no longo prazo.

2. Base Legal do Comitê de Investimentos

Compete ao Comitê de Investimentos assessorar a gestão na elaboração da proposta da Política de Investimentos, bem como contribuir na definição das estratégias de aplicação dos recursos financeiros do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Essa atuação deve observar, de forma rigorosa, os princípios da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, assegurando a adequada gestão dos ativos previdenciários.

No exercício de suas atribuições, o Comitê participa ativamente da análise de cenários econômicos, da avaliação de riscos e do acompanhamento do desempenho das aplicações, subsidiando a tomada de decisões com base em critérios técnicos e alinhadas às melhores práticas de governança. Ademais, busca garantir a conformidade das ações com os objetivos institucionais do regime, especialmente no que se refere à manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

Ressalta-se, ainda, que todas as atividades e deliberações observam rigorosamente o estabelecido nas normas vigentes, em especial a Resolução CVM nº 175 e a Resolução CMN nº 4.963, que dispõem sobre as diretrizes para aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social, reforçando a adoção de práticas prudenciais, transparência na gestão e mitigação de riscos.

Tais competências fundamentam-se no Art. 1º do Decreto nº 11, de 08 de março de 2013, bem como nas disposições da Lei Complementar nº 23, de 25 de maio de 2007 (com redação dada pela Lei Complementar nº 137, de 15 de março de 2024) e no Regimento Interno do Comitê de Investimentos, documentos que estabelecem as diretrizes e normas aplicáveis à gestão dos recursos previdenciários no âmbito municipal.

3. Composição do Comitê de Investimentos

Conforme disposto no Decreto nº 851, de 19 de junho de 2023, a composição do Comitê de Investimentos do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte – CE (PREVIJUNO) deve observar critérios que assegurem a representatividade técnica e administrativa necessária ao adequado desempenho de suas funções.

De acordo com o referido normativo, o Comitê é constituído por 05 (cinco) membros, assim distribuídos: o Gestor de Recursos, responsável pela gestão das aplicações financeiras do PREVIJUNO; 01 (um) representante da Diretoria Executiva, além do próprio Gestor; e 03 (três) servidores efetivos com vínculo funcional com o Ente Federativo ou com a Unidade Gestora do RPPS, os quais são indicados pela Diretoria Executiva e devidamente aprovados por resolução do Conselho Deliberativo.

Essa composição visa garantir a pluralidade de conhecimentos, a segregação de funções e o fortalecimento da governança, contribuindo para decisões mais seguras, técnicas e alinhadas aos interesses do regime previdenciário.

Nesse sentido, conforme estabelecido no Decreto nº 908, de 30 de novembro de 2023, o Comitê de Investimentos do PREVIJUNO encontrava-se constituído pelos seguintes membros:

I – Gestor de Recursos, responsável pela gestão das aplicações dos recursos do PREVIJUNO e Presidente do Comitê de Investimentos:

Jesus Rogério de Holanda, nomeado por meio da Portaria nº 0005/2021, ocupante de cargo de provimento em comissão, lotado no Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Juazeiro do Norte/CE – PREVIJUNO;

II – Representante da Diretoria Executiva:

José Ivan Silva Alves, nomeado por meio da Portaria nº 0096/2021, ocupante do cargo de Diretor Administrativo, lotado no PREVIJUNO;

III – Servidores Efetivos:

a) Marcos Aurélio Gonçalves Silva, matrícula nº 7088, servidor efetivo no cargo de Professor, atualmente exercendo o cargo comissionado de Diretor Financeiro no PREVIJUNO;

b) Murilo Vieira Gaião, matrícula nº 92427, servidor efetivo no cargo de Analista de Gestão Pública, lotado na Procuradoria Geral do Município – PGM;





c) Rosália Pereira Maia de Jesus, matrícula nº 2931, servidora efetiva no cargo de Secretária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde – SESAU.

4. Da Certificação Profissional dos Membros do Comitê de Investimentos

A Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019, promoveu alterações relevantes na Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, especialmente com a inclusão do art. 8º-B, o qual passou a estabelecer requisitos mínimos a serem observados pelos dirigentes dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), pelos responsáveis pela gestão das aplicações dos recursos, bem como pelos membros dos conselhos e comitês de investimentos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A referida norma tem como principal objetivo o aprimoramento do processo de escolha desses agentes, assegurando maior qualificação técnica, idoneidade e capacidade para o desempenho de suas atribuições. Busca-se, assim, fortalecer a governança, a transparência e a eficiência na gestão dos recursos previdenciários, reduzindo riscos e promovendo melhores práticas administrativas.

Nesse contexto, conforme disposto na legislação vigente, os membros titulares do Comitê de Investimentos devem atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- a) não terem sofrido condenação criminal transitada em julgado, nem se enquadrarem nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos estabelecidos na referida norma;
- b) possuir certificação profissional e habilitação comprovadas, conforme parâmetros definidos pelos órgãos reguladores competentes, especialmente no que se refere à área de investimentos;
- c) possuir formação de nível superior;
- d) deter comprovada experiência no exercício de atividades nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria, evidenciando conhecimento técnico compatível com as funções desempenhadas.

Adicionalmente, destaca-se que a legislação e as normas infralegais aplicáveis aos RPPS vêm evoluindo no sentido de exigir capacitação contínua e atualização permanente dos membros dos comitês, reforçando a necessidade de atuação técnica, ética e alinhada aos princípios da administração pública.





Dessa forma, o atendimento a tais requisitos constitui condição indispensável para o exercício das funções no Comitê de Investimentos, contribuindo para a tomada de decisões mais seguras, fundamentadas e alinhadas à sustentabilidade financeira e atuarial do regime previdenciário.

Nesse contexto, torna-se fundamental destacar a certificação dos membros do Comitê de Investimentos, a qual constitui requisito essencial para o exercício de suas funções, conforme previsto na legislação vigente:

Nome	Certificação	Data de Validade
Jesus Rogério de Holanda	CP RPPS CGINV II	07/07/2027
José Ivan Silva Alves	CP RPPS CGINV II	03/05/2027
Marcos Aurélio Gonçalves Silva	CP RPPS CGINV I	09/04/2028
Murilo Vieira Gaião	CP RPPS CGINV II	17/05/2028
Rosália Pereira Maia de Jesus	CP RPPS CGINV II	25/04/2028

Dessa forma, constata-se que todos os membros do Comitê de Investimentos encontram-se devidamente certificados, com suas certificações válidas e em conformidade com as exigências legais e normativas vigentes.

5. Reuniões realizadas no exercício de 2025

Mês	Reuniões
Janeiro	08/01/2025 – Reunião Ordinária
	16/01/2025 – Reunião Extraordinária
	22/01/2025 – Reunião Ordinária
Fevereiro	07/02/2025 – Reunião Ordinária
	24/02/2025 – Reunião Ordinária
Março	11/03/2025 – Reunião Ordinária
	27/03/2025 – Reunião Ordinária
Abril	10/04/2025 – Reunião Ordinária
	24/04/2025 – Reunião Ordinária
Maio	13/05/2025 – Reunião Ordinária
	29/05/2025 – Reunião Ordinária
Junho	12/06/2025 – Reunião Ordinária
	30/06/2025 – Reunião Ordinária
Julho	23/07/2025 – Reunião Ordinária
Agosto	01/08/2025 – Reunião Ordinária
	14/08/2025 – Reunião Ordinária
	28/08/2025 – Reunião Ordinária
Setembro	19/09/2025 – Reunião Ordinária
Outubro	01/10/2025 – Reunião Ordinária
	10/10/2025 – Reunião Extraordinária
	29/10/2025 – Reunião Ordinária
Novembro	04/11/2025 – Reunião Extraordinária





Dezembro	13/11/2025 – Reunião Ordinária
	17/11/2025 – Reunião Ordinária
	28/11/2025 – Reunião Ordinária
	02/12/2025 – Reunião Extraordinária
	09/12/2025 – Reunião Extraordinária
	11/12/2025 – Reunião Ordinária
	23/12/2025 – Reunião Ordinária

Conforme verificado, no decorrer do exercício de 2025 foram realizadas 05 reuniões extraordinárias e 24 reuniões ordinárias, perfazendo um total de 29 reuniões.

6. Deliberações do Comitê de Investimentos nas reuniões realizadas

6.1 Reunião Ordinária do dia 08/01/2025

Cenário Econômico: análise das perspectivas macroeconômicas e impactos potenciais nas estratégias de investimento do PREVIJUNO.

Ata nº 267 do Copom: revisão das decisões da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) realizada nos dias 10 e 11 de dezembro de 2024, considerando suas implicações para a gestão dos recursos do fundo.

Fundos atrelados ao IMA-B5: avaliação de possíveis migrações para Títulos Públicos, com destaque para a necessidade de reanálise do provisionamento da folha de pagamentos antes de deliberar sobre qualquer realocação de recursos.

Investimentos no Exterior: realizou-se a revisão e análise das aplicações internacionais, considerando aspectos de risco, rentabilidade e alinhamento à Política de Investimentos do PREVIJUNO. Durante a reunião, o Senhor Jesus deliberou pela solicitação de pareceres da LDB Consultoria Financeira acerca dos fundos BB Ações Bolsas Emergentes e BB Ações Bolsas Asiáticas Ex-Japão FIC FIA, visando subsidiar decisões futuras sobre esses ativos.

6.2 Reunião Extraordinária do dia 16/01/2025

Cenário Econômico e Carteira de Investimentos: apresentação realizada pelo Sr. Marcos Almeida, da LDB Consultoria Financeira, com análise do desempenho e perspectivas da carteira referente a dezembro de 2024.

Aprovisionamento da Folha de Pagamentos: reanálise realizada, determinando o provisionamento do valor total de R\$ 153.704.248,26.

Fundos de Investimento com Rendimentos Negativos: análise de possíveis realocações adiada, em razão da necessidade de aguardar a emissão de parecer da assessoria de investimentos sobre alguns ativos específicos.



6.3 Reunião Ordinária do dia 22/01/2025

Apresentações e análises: revisão da carteira de investimentos com base no Patrimônio Líquido (PL) apresentada no relatório da LDB Consultoria Financeira referente a 16/01/2025, extrato bancário de 20/01/2025 e análise da rentabilidade histórica dos fundos e respectivos índices de referência.

Avaliação de desempenho por índice: foram discutidas as análises por índice, incluindo observações sobre manutenção de aplicações existentes, migrações para outros índices e a necessidade de solicitação de pareceres adicionais da assessoria de investimentos.

Realocações de investimentos: deliberou-se sobre uma série de realocações de ativos, com foco na otimização da carteira e alinhamento à política de investimentos do fundo.

Fundos internacionais: decidiu-se pela manutenção das aplicações nos fundos BB Ações Bolsas Emergentes e BB Ações Bolsas Asiáticas, garantindo continuidade na estratégia internacional do PREVIJUNO.

6.4 Reunião Ordinária do dia 07/02/2025

Relatório de Investimentos: análise e deliberação sobre o relatório referente ao desempenho da carteira em dezembro de 2024.

Análise de fundos de investimento: avaliação detalhada dos fundos FI em Ações Caixa Eletrobras, FIA Caixa Construção Civil e CXRI11, incluindo discussão sobre possíveis resgates de aplicações em fundos com rendimentos negativos.

Estrutura interna de investimentos: identificou-se a necessidade de implantação de uma área de investimentos no PREVIJUNO, com o objetivo de fortalecer a gestão e o monitoramento das aplicações do fundo, aprimorando a governança e a tomada de decisões.

6.5 Reunião Ordinária do dia 24/02/2025

Análise de fundos com desempenho negativo: avaliação e discussão do parecer da LDB Consultoria Financeira sobre a alocação em fundos cujos ativos apresentaram performances negativas, incluindo Caixa Construção Civil, Caixa Eletrobras e CXRI11. O parecer destacou que qualquer decisão relacionada a esses fundos deve ser fundamentada em um arcabouço técnico sólido, garantindo maior segurança na gestão dos recursos.

Cenário econômico: debate baseado no Boletim Econômico da Lema e no Relatório Focus, considerando impactos macroeconômicos e tendências de mercado para subsidiar a tomada de decisões de investimento do PREVIJUNO.

6.6 Reunião Ordinária do dia 11/03/2025

Atualização de procedimentos internos: análise da demanda apresentada pelo Controle Interno referente à atualização do Manual de Procedimentos Operacionais e ao mapeamento dos investimentos, visando maior padronização e transparência na gestão dos recursos.

Pareceres sobre relatórios de investimentos: definição da necessidade de emissão de pareceres específicos para cada relatório de investimentos.

Cenário econômico: debate sobre as condições macroeconômicas e impactos potenciais nas estratégias de investimento do fundo.

Relatório de investimentos de janeiro de 2025: análise iniciada, porém parcialmente interrompida devido a dúvidas levantadas sobre algumas questões contidas no relatório, que necessitaram de esclarecimentos adicionais antes de deliberação.

6.7 Reunião Ordinária do dia 27/03/2025

Relatório de Execução da Política de Investimentos de 2024: análise e deliberação sobre o desempenho e cumprimento das diretrizes estabelecidas na política de investimentos do PREVIJUNO ao longo do ano.

Reanálise de relatórios de investimentos: revisão dos relatórios referentes a dezembro de 2024 e janeiro de 2025, considerando os esclarecimentos fornecidos pela LDB Consultoria Financeira para sanar dúvidas anteriores, além da análise do relatório de fevereiro de 2025.

Relatório de Diligências Semestral: deliberação sobre a análise e aprovação do relatório, assegurando a verificação de conformidade, riscos e boas práticas na gestão dos recursos do fundo.

6.8 Reunião Ordinária do dia 10/04/2025

Relatório de Investimentos: deliberação sobre o relatório referente ao mês de fevereiro de 2025, com reanálise do desempenho da carteira e aderência à política de investimentos.

Participação institucional: apresentação realizada pelo Sr. Luan Augusto, representante da Caixa Econômica Federal, abordando os ativos vinculados à instituição, bem como as perspectivas de mercado e oportunidades de investimento.

Prestação de serviços da consultoria: análise de relatório analítico que apontou falhas na prestação de serviços da LDB Consultoria Financeira, destacando, entre outros pontos, a ausência de lançamento dos DAIRs no sistema CADPREV, sendo discutidas medidas para regularização e aprimoramento dos processos.

6.9 Reunião Ordinária do dia 24/04/2025

Assembleia de Cotistas: discussão acerca do voto do Gestor de Recursos na assembleia de cotistas do J. T. Prev. Fundo de Investimento Imobiliário, na qual foi deliberada a prorrogação do prazo para liquidação do fundo até 30 de agosto de 2025.

Prestação de serviços da consultoria: apreciação da resposta apresentada pela LDB Consultoria Financeira ao relatório analítico de falhas, destacando-se as medidas adotadas, como a organização cronológica das APRs, a disponibilização de ferramenta para envio de extratos, a regularização dos lançamentos dos DAIRs e a melhoria na comunicação com a instituição.

Relatório de Investimentos: deliberação sobre o relatório referente ao mês de março de 2025, com análise do desempenho da carteira e sua aderência às diretrizes da política de investimentos.

6.10 Reunião Ordinária do dia 13/05/2025

Substituição de secretariado: substituição da Sra. Evaniê Corrêa pelo Sr. Ícaro Coelho na função de secretariado do Comitê.

Pareceres técnicos: deliberação sobre os pareceres técnicos referentes ao mês de março, ao 1º trimestre e ao mês de abril, com análise dos fundamentos e recomendações apresentadas.

Relatório de Investimentos: deliberação acerca do relatório de investimentos referente a abril de 2025, avaliando o desempenho da carteira e sua conformidade com a política de investimentos.

Apresentação técnica: exposição realizada pelo Sr. Victor Oliveira, da Genial Investimentos, abordando aspectos relacionados a ativos financeiros e perspectivas de mercado, contribuindo para subsidiar as decisões do Comitê.

6.11 Reunião Ordinária do dia 29/05/2025

Cenário econômico: discussão sobre o contexto macroeconômico e seus possíveis impactos na estratégia de investimentos do fundo.

Ata do Copom: análise da ata do Comitê de Política Monetária, com avaliação das diretrizes de política monetária e reflexos para o mercado financeiro.

Fundos de investimento: análise de determinados fundos integrantes da carteira, considerando desempenho, riscos e aderência à política de investimentos.

6.12 Reunião Ordinária do dia 12/06/2025

Credenciamento institucional: deliberação pela reiteração de ofício à instituição Planner, visando à renovação de seu credenciamento junto ao PREVIJUNO.

Apresentação institucional: análise técnica da apresentação realizada pela instituição MultPrivate, vinculada ao Safra Invest, cujas sugestões não foram acolhidas, por decisão unânime do Comitê.

Carteira de investimentos: análise de ativos integrantes da carteira, considerando desempenho, riscos e aderência às diretrizes estabelecidas na política de investimentos.

6.13 Reunião Ordinária do dia 30/06/2025

Relatório de Investimentos: deliberação sobre o relatório referente ao mês de maio de 2025, com avaliação do desempenho da carteira e sua aderência à política de investimentos.

Parecer técnico: apreciação e deliberação acerca do parecer relativo ao relatório de investimentos de maio de 2025, considerando as análises e recomendações apresentadas.

Carteira de investimentos: análise de ativos integrantes da carteira, com foco em desempenho, riscos e alinhamento às diretrizes do fundo.

6.14 Reunião Ordinária do dia 23/07/2025

Credenciamento de instituições: deliberação pela renovação do credenciamento da Planner Corretora de Valores S.A., bem como apreciação do parecer técnico referente ao credenciamento da Rio Bravo.

Manual de Investimentos: análise e discussão sobre o Manual de Investimentos, visando seu aprimoramento e adequação às práticas de gestão do fundo.

Monitoramento de ativos: definição de detalhamento específico para acompanhamento contínuo de determinados ativos da carteira, incluindo BB Ações Bolsas Emergentes, BB Ações Bolsas Asiáticas, FI em Ações Caixa Eletrobras e FIA Caixa Construção Civil.

Credenciamento institucional adicional: deliberação pelo envio de ofício ao Santander, solicitando a documentação necessária para renovação de seu credenciamento junto ao PREVIJUNO.

6.15 Reunião Ordinária do dia 01/08/2025

Relatórios de Investimentos: análise do relatório referente ao mês de junho de 2025, bem como do consolidado do 2º semestre, incluindo a apreciação dos respectivos pareceres técnicos.

Relatório de Diligências: análise do Relatório de Diligências de Investimentos referente ao 1º semestre, com avaliação dos procedimentos adotados, conformidade e acompanhamento dos ativos da carteira.

6.16 Reunião Ordinária do dia 14/08/2025

Análise da carteira de investimentos: apresentação e avaliação da carteira realizada pelo Sr. Marcos Almeida, durante visita técnica ao PREVIJUNO, com considerações sobre desempenho e estratégias adotadas.

Reanálise de relatório: revisão do Relatório de Investimentos de abril, em razão de divergência de valores, sendo identificado que o documento ainda não estava consolidado. Como medida corretiva, foi implementada sinalização visual no sistema após a consolidação, bem como envio automático de e-mail informando a finalização do relatório.

Fundo imobiliário: comunicação sobre a prorrogação do prazo de liquidação do J. T. Prev. Fundo de Investimento Imobiliário para 31 de dezembro de 2025.

CADPREV: solicitação à Diretoria Previdenciária de Administração e Finanças para acompanhamento das retificações no sistema CADPREV, pela LDB Consultoria Financeira, visando a regularização das informações.

6.17 Reunião Ordinária do dia 28/08/2025

Ata do Copom: análise das decisões do Comitê de Política Monetária e discussão sobre seus impactos no cenário econômico e nas estratégias de investimento do PREVIJUNO.

Relatório de Investimentos de julho de 2025: deliberação sobre o desempenho da carteira referente ao mês, incluindo a apreciação do respectivo parecer técnico, com foco na rentabilidade e aderência à política de investimentos.

6.18 Reunião Ordinária do dia 19/09/2025

Regimento Interno: análise do Regimento Interno, cuja deliberação foi suspensa em razão da designação de novo Gestor de Recursos, aguardando sua posse para retomada das discussões.

Realocação de ativos: aprovação, pelo Comitê, de deliberações referentes a realocações de ativos da carteira, visando otimização, alinhamento à política de investimentos e melhor gestão dos recursos do PREVIJUNO.

6.19 Reunião Ordinária do dia 01/10/2025

Ata do Copom: análise das decisões do Comitê de Política Monetária, considerando seus efeitos sobre o cenário econômico e estratégias de investimento do PREVIJUNO.

Relatório de Investimentos de agosto: deliberação sobre o desempenho da carteira referente ao mês, incluindo a apreciação do respectivo parecer técnico, com foco em riscos, rentabilidade e aderência à política de investimentos.

Credenciamento institucional: aprovação da renovação do Termo de Credenciamento do Santander junto ao PREVIJUNO.

Política de Investimentos: revisão da política vigente, incluindo a alteração do limite para alocação objetiva em ativos de crédito privado, visando otimizar a diversificação e o desempenho da carteira.

6.20 Reunião Extraordinária do dia 10/10/2025

Estudo da carteira de investimentos: análise detalhada do desempenho, composição e estratégias da carteira do PREVIJUNO.

Aquisição de títulos públicos: deliberação sobre a aquisição de títulos públicos.

6.21 Reunião Ordinária do dia 29/10/2025

Definição atuarial: análise do ofício atuarial estabelecendo a taxa de juros parâmetro (meta atuarial) para 2026, a ser utilizada como referência na gestão dos recursos do PREVIJUNO.



Relatório de Investimentos de setembro de 2025: deliberação sobre o desempenho da carteira referente ao mês, incluindo a apreciação do respectivo parecer técnico, considerando riscos, rentabilidade e aderência à política de investimentos.

6.22 Reunião Extraordinária do dia 04/11/2025

Realocação de ativos: constatação da inviabilidade de realocação de determinado ativo vinculado a aporte financeiro, mantendo sua posição na carteira atual.

Estudo da carteira: deliberação pela realização de um novo estudo detalhado da carteira de investimentos, visando avaliar oportunidades para compra direta de títulos públicos.

6.23 Reunião Ordinária do dia 13/11/2025

Estudo da carteira de investimentos: apresentação e análise detalhada da composição e desempenho da carteira do PREVIJUNO, com foco em estratégias de alocação e diversificação.

Ata do Copom: discussão sobre as decisões do Comitê de Política Monetária, avaliando seus impactos no cenário econômico e nas estratégias de investimento do fundo.

Fundo de Private Equity: análise do memorando relativo a fundo de investimentos em participações (Private Equity), considerando riscos, rentabilidade e adequação à política de investimentos do PREVIJUNO.

6.24 Reunião Ordinária do dia 17/11/2025

Realocação de ativos: deliberação sobre a realocação de recursos visando à compra direta de títulos públicos, alinhada à política de investimentos do PREVIJUNO.

Rebalanceamento da carteira: ajustes na composição da carteira de investimentos, com objetivo de otimizar risco, rentabilidade e diversificação dos ativos.

6.25 Reunião Ordinária do dia 28/11/2025

Relatório de Investimentos de outubro de 2025: deliberação sobre o desempenho da carteira no período, incluindo análise do respectivo parecer técnico, com foco em riscos, rentabilidade e aderência à política de investimentos.

Calendário de reuniões 2026: aprovação do calendário anual de reuniões do Comitê de Investimentos para o exercício de 2026.

Apresentação técnica: exposição realizada pelo Sr. Marcos Almeida sobre a Política de Investimentos e o Estudo ALM, cuja deliberação ficou agendada para reunião futura, permitindo análise mais detalhada antes da decisão final.

6.26 Reunião Extraordinária do dia 02/12/2025

Política de Investimentos: deliberação sobre a política de investimentos do PREVIJUNO para o exercício de 2026.

Estudo ALM 2026: análise do Estudo de Asset Liability Management (ALM) para o exercício de 2026, avaliando a compatibilidade entre ativos e passivos e seu impacto na sustentabilidade financeira e atuarial do fundo.

2.27 Reunião Extraordinária do dia 09/12/2025

Redefinição do prazo de vencimento para aquisição direta de títulos públicos.

2.28 Reunião Ordinária do dia 11/12/2025

Credenciamento institucional: análise da solicitação do Conselho Deliberativo para realização de ajustes no credenciamento da instituição S3 K6 Brasil.

Compra direta de títulos públicos: análise de atas referentes às aquisições diretas de títulos públicos.

Cenário econômico: avaliação do contexto macroeconômico e seus impactos potenciais nas decisões de investimento do PREVIJUNO.

2.29 Reunião Ordinária do dia 23/12/2025

Plano Anual de Trabalho 2026: deliberação e aprovação do Plano Anual de Trabalho do Comitê de Investimentos para o exercício de 2026, definindo prioridades, metas e cronograma de atividades.

Cenário econômico: análise do contexto macroeconômico e discussão sobre a Ata do Copom, considerando os impactos potenciais nas estratégias de investimento e na gestão da carteira do PREVIJUNO.

7. Conclusão

Este Relatório de Prestação de Contas do Comitê de Investimentos referente ao exercício de 2025 evidencia o compromisso do PREVIJUNO com a governança eficiente, transparência e gestão responsável dos recursos previdenciários. Ao longo



do ano, o Comitê conduziu 29 reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, nas quais foram analisados cenários econômicos, relatórios de investimentos, pareceres técnicos e estudos estratégicos, sempre alinhados à Política de Investimentos vigente e às melhores práticas de gestão de fundos de previdência.

As deliberações tomadas englobaram desde a realocação e rebalanceamento de ativos, aquisição de títulos públicos, acompanhamento de fundos com desempenho negativo, até a atualização de políticas internas, credenciamento de instituições e implementação de ferramentas de controle e monitoramento de investimentos.

No exercício de 2025, o PREVIJUNO superou a Meta Atuarial, alcançando rentabilidade de 14,84% frente à meta projetada de 9,70%, resultando em uma margem positiva de 5,15%. Dessa forma, o Comitê de Investimentos demonstrou atuação técnica, criteriosa e proativa, promovendo decisões fundamentadas, mitigando riscos e fortalecendo a confiabilidade do PREVIJUNO perante seus segurados e a sociedade. O desempenho alcançado em 2025 reforça o compromisso contínuo com a eficiência na gestão dos recursos e a manutenção da solidez do regime previdenciário municipal.

Juazeiro do Norte, Ceará, 20 de março de 2026.

Jesus Rogério de Holanda
Presidente do Comitê de Investimentos

